Revista Perspectivas Sociais
ISSN 2317-7438
DOI:

Artigo

Questão racial e docência em serviço social: um enfoque pedagógico para um debate urgente

Doniêgo Ferreira de Lima*
Daiane Daine de Oliveira Gomes**

Resumo
Nas últimas décadas, o Serviço Social reconheceu a urgência e assumiu o compromisso de amadurecer o debate étnico-racial e sua posição antirracista, considerando este um caminho e uma necessidade para o fortalecimento do projeto ético-político da categoria. Contudo, ainda persistem desafios que precisam ser superados, principalmente no âmbito da formação profissional. Assim, este artigo objetiva abordar a formação e o trabalho docente na área de Serviço Social a partir das especificidades da questão racial. Para fundamentar esta análise, recorremos à pesquisa bibliográfica e adotamos uma abordagem teórico-metodológica baseada nos princípios do materialismo histórico. Concluímos que a formação docente é um dos campos estratégicos para aprimorarmos a perspectiva antirracista dentro da profissão e que é necessário maior aprofundamento no bojo da categoria, no âmbito das práticas didático-pedagógicas articuladas à questão étnico-racial, visualizando-as como instrumentos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem. Como contribuição, este texto joga luz sobre a etapa da formação profissional como parte importante da constituição de uma categoria profissional com posições efetivamente antirracistas, que somente podem ocorrer quando fundamentadas e articuladas à luta antirracista materializada pelos movimentos negros, assim como com o projeto ético-político do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão Racial. Docência. Ensino Superior.

Racial issues and teaching in social work: a pedagogical approach for an urgent debate

Abstract
In recent decades, Social Work has recognized the urgency and taken on the commitment to deepen the ethnic-racial debate and its anti-racist stance, considering it a path and a necessity for strengthening the ethical-political project of the profession. However, challenges still persist that need to be overcome, especially in the area of professional education. Thus, this article aims to address teacher education and teaching work in the field of Social Work from the specificities of the racial issue. To conduct this analysis, bibliographic research was used; we also employed a theoretical-methodological approach based on the principles of historical materialism. We conclude that teacher training is one of the strategic areas for enhancing the anti-racist perspective within the profession and that greater depth is needed within the category, in the context of didactic-pedagogical practices linked to the ethnic-racial issue, viewing them as fundamental tools in the teaching and learning process. As a contribution, this text sheds light on the stage of professional training as an important part of the formation of a professional category with genuinely anti-racist positions, which can only occur when grounded in and connected to the anti-racist struggle carried out by Black movements, as well as to the ethical-political project of Social Work.

Keywords: Social Work. Racial issue. Teaching. Higher education.

* Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: doniegolima6@gmail.com

** Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: daianedaine@hotmail.com

Conforme sublinha Freire (1996), existe uma tarefa ética no exercício da docência que é observada por professores(as) e por aqueles(as) que estão em formação para exercê-la. Uma ética que não é aquela do mercado, restrita e que se curva aos interesses do lucro, mas sim a ética universal, aquela que condena a exploração da força de trabalho do ser humano e aponta para a liberdade como um valor fundamental.

Diante dessa tarefa, destacamos a importância da docência em Serviço Social estar orientada por uma direção ético-política comprometida com a consolidação e a ampliação de direitos. Esse compromisso requer um método de análise das relações sociais que parta de uma perspectiva anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, bem como que promova o amadurecimento intelectual necessário ao desenvolvimento das atividades docentes de investigação, intervenção e ensino alinhado ao projeto ético-político do Serviço Social.

Nesse movimento, considerando que há pouca produção teórica no interior da categoria profissional sobre a docência no ensino superior e, principalmente, relacionado ao debate étnico-racial, propomos realizar algumas considerações que contribuam para o debate teórico, dando enfoque à docência em sua dimensão pedagógica e antirracista. Ciente de que a docência é um processo dialético, aberto e dinâmico que está medularmente conectado à realidade social, utilizamos uma abordagem teórico-metodológica fundamentada no materialismo-histórico, com análises elaboradas a partir de pesquisa bibliográfica.

Consideramos que a questão racial é elemento constitutivo da formação capitalista brasileira, e que para a compreensão da questão social no Brasil e intervenção profissional em suas expressões que se apresentam como demanda aos(às) assistentes sociais, é imprescindível o conhecimento sobre as relações étnico-raciais, as formas de manifestação do racismo e as consequências deste para a constituição das classes sociais. Por isso, analisamos, e quando necessário reelaboramos, nossas práticas, desconstruindo estereótipos e outros elementos fundamentados no mito da democracia racial, incluindo neste escopo da análise crítica e propositiva a formação docente e as práticas pedagógicas.

Logo, as reflexões seguintes estão divididas em três tópicos que se voltam a suscitar uma análise crítica dos elementos constitutivos da sociabilidade capitalista, que têm como base o racismo e o patriarcado; a docência em Serviço Social e a aproximação ao debate étnico-racial na categoria, e, por fim, alguns elementos problematizadores para pensar a docência em Serviço Social no âmbito pedagógico e alinhada a uma perspectiva antirracista.

1. Formação sócio-histórica do Brasil, questão étnico-racial e Serviço Social

A produção e a reprodução das relações sociais em caráter desigual nas particularidades do Brasil constituem a pilastra da acumulação primitiva de capital, forjada no tráfico de pessoas negras para fins de exploração da força de trabalho e nas diversas formas de violências contra a população indígena. Importa destacar que a construção desse cenário escravista-colonial não se estruturou de forma isolada, mas inteiramente atrelada as movimentações da economia mundial, configurando a base de fundamentação da relação de dependência que se encontra em vigência atualmente.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o capitalismo, não só no Brasil, mas a nível mundial, tornou-se realidade porque se apropriou da força de trabalho e, sobretudo, dos corpos e da vida de pessoas negras para impulsionar a produção e reprodução das relações mercantis, com vistas ao enriquecimento das metrópoles europeias. Com a vigência da escravidão, tornou-se necessário a criação de uma base ideopolítica que não apenas justificasse, mas, sobretudo, legitimasse as práticas violentas que conformavam o processo de escravização.

É no ápice das contradições próprias das relações entre senhores e escravizados(as) que se registram as formas de enfrentamento às violências as quais estes eram submetidos cotidianamente, criando, assim, um campo de acirramento da luta de classes. Em relação às lutas dos(as) escravizados(as) contra a vigência do trabalho compulsório, consideramos os efeitos deletérios das bases político-ideológicas que resistiram ao processo abolicionista de 1888. É essa base que fez com que pessoas negras fossem lançadas à sociedade do trabalho assalariado atravessados(as) pelo estigma da mercadoria barata, estereotipados como preguiçosos e marginais.

Logo, as ideias emblemáticas amplamente difundidas no pós-abolição acerca dos(as) ex-escravizados(as) foram centrais para a constituição da classe trabalhadora no país. Buscava-se formar uma classe trabalhadora baseada no enaltecimento de características de grupos sociais distintos daqueles disponíveis em grande escala no território nacional, o que impulsionou a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil.

O cenário em questão expressa a complexificação das relações vinculadas à perspectiva eugenista, uma concepção de origem inglesa que ganhou notoriedade no Brasil, sobretudo na Primeira República, ao cultivar a ideia de elevação da raça. Logo, seria necessário "limpar" o fator étnico-racial presente na estrutura social, com o objetivo de formar uma nação com traços brancos e com comportamento civilizado.

As teorias de cunho racista que fomentaram a concepção eugenista se espraiaram facilmente na sociedade brasileira, especialmente porque se apropriaram de argumentos ditos científicos. Não foram poucos os estudiosos que apontaram os(as) negros(as) como o problema da nação, no sentido de que seriam estes(as) os(as) responsáveis pelo atraso no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, alegando, por exemplo, uma baixa capacidade cognitiva dos(as) ex-escravizados(as):

> Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de "necessidades", cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país (Furtado, 2000, p. 145).

A emblemática leitura de Furtado (2000) acerca da realidade da população negra no período pós-abolição nega os elementos nocivos do modo de produção em ascensão no Brasil, que engrossou as desigualdades sociais inteiramente relacionadas às relações raciais, exigindo intervenções violentas por parte do Estado. Ora, alijados do mercado do trabalho e da vida social de modo mais amplo, essa população, sobre pressão policial, foi levada às margens dos grandes centros, numa tentativa de higienizar a sociedade e esse é o fundamento para a composição das periferias do país, sem direitos básicos que assegurassem a sua sobrevivência.

Vemos, então, que a estrutura capitalista em desenvolvimento no Brasil se apropriou do aparato político-ideológico do racismo erguido e sustentado pelas elites para se fortalecer, criando um espaço propício à mendicância e à marginalidade. A exclusão de pessoas negras, bem como a perseguição aos seus elementos de evidenciação cultural tornam notória as práticas de segregação racial como produto das tentativas de enraizamento de uma supremacia branca em solo nacional. As consequências deste cenário catastrófico na vida dos(as) ex-escravizados e as formas específicas de respostas do Estado são base fundante da questão social brasileira.

Nessa perspectiva, destacamos que a questão social enquanto matéria prima de atuação dos(as) assistentes sociais está diretamente relacionada às relações étnico-raciais que desenharam a história do Brasil. Logo, para compreendermos o presente, é necessário considerar a formação socioeconômica e histórica do país. Da mesma forma, o Serviço Social só pode ser entendido em conexão com a questão social, que, por sua vez, está entrelaçada à questão étnico-racial, elemento essencial na constituição do capitalismo no Brasil.

O Serviço Social teve suas primeiras expressões institucionalizadas no âmbito da Igreja Católica, por meio de práticas voltadas à caridade frente às desigualdades sociais, inseridas em um projeto que buscava preservar a influência da Igreja em meio às transformações sociais da época. Entretanto, a profissão se consolidou historicamente em estreita relação com a intervenção do Estado na sociedade capitalista em ascensão, marcada pelas contradições do capitalismo monopolista. Nesse processo, os(as) assistentes sociais foram progressivamente chamados(as) a atuar não apenas nas práticas de assistência, mas também atendendo às demandas do Estado, assumindo funções articuladas à gestão da questão social e à manutenção das estruturas sociais existentes.

O processo histórico de desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão trouxe consigo a erosão do Serviço Social tradicional. Esse é um aspecto importante para localizarmos quando se abrem os caminhos para o posicionamento antirracista na profissão. Esse reposicionamento em relação ao conservadorismo ou essa virada histórica tem início na América Latina, a partir da década de 1960, e ocorre em um período marcado pela forte atuação dos movimentos sociais frente a um contexto social e político instável gerado pela

Segunda Guerra Mundial, com a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho e com a implantação da política econômica desenvolvimentista que ampliou desigualdades sociais e raciais.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina constituiu um marco que abriu espaço para novas interpretações sobre a prática profissional e sobre as expressões da questão social. Embora não tenha sido o único determinante das mudanças ocorridas no Brasil, esse movimento contribuiu para tensionar a matriz tradicional e criar condições para a emergência de abordagens críticas. No contexto brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, esse impulso se articulou ao aprofundamento do referencial marxista e à reorganização política da categoria, elementos que consolidam o processo de renovação profissional e dão base à formulação do atual projeto ético-político do Serviço Social.

A partir da década de 1980, por meio principalmente das elaborações de Iamamoto (2021), o Serviço Social passa a dialogar de forma efetiva com a Teoria Social de Marx, oferecendo uma compreensão do ser social mediada pelas relações que não se revelam de imediato. Com a adoção do marxismo, consolida-se uma perspectiva hegemônica que insere o Serviço Social na dinâmica das relações sociais e na reprodução da sociedade capitalista. Esse referencial irá influenciar diretamente a elaboração dos currículos, diretrizes, eventos acadêmicos e processos de regulamentação profissional (Netto, 1995)

Essa base crítica e arcabouço normativo dão corpo a um projeto ético-político sustentado no compromisso com a emancipação humana e com a leitura radical das contradições sociais. Nesse escopo são incluídos nos princípios declarados no Código de Ética de 1993 o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade" (CFESS, 1993). Ainda que de modo geral e incipiente, é na década de 1990 que se abrem caminhos para a o debate acerca da questão racial no Serviço Social, diálogo que ganha densidade gradualmente nas décadas subsequentes. É esse percurso, e suas articulações com o debate sobre a docência, que aprofundaremos na seção a seguir.

2. A docência em Serviço Social e a aproximação ao debate étnico-racial

A docência em Serviço Social é uma atribuição privativa[1] do/a assistente social prevista no art. 5º da Lei de regulamentação da profissão, presente explicitamente no inciso V: "assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular". Mas, também é em atividades como o treinamento, a avaliação e a supervisão direta de estágio (inciso VI), a direção e a coordenação de unidades de ensino e cursos de Serviço Social (inciso VII) e a aferição de conhecimentos inerentes ao Serviço Social (inciso IX).

1. As atribuições privativas são aquelas designadas exclusivamente ao Serviço Social e as competências profissionais são as compartilhadas com outras profissões. (CFESS, 2012).

Assim, o ensino em Serviço Social estabelecido no novo currículo da formação profissional está intrinsecamente ligado às características gerais da docência universitária. Uma busca do conceito de docência nos dicionários de português nos indica uma significação comum entre eles e que a apontam como a ação de ensinar. Veiga (2006), apoiada em Araújo (2004), destaca que o termo docência tem suas raízes no latim *docere,* que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender. De acordo com a primeira autora, o registro do termo na Língua Portuguesa, no Brasil, ocorreu em 1916, logo, em um período relativamente recente.

Na esfera do trabalho formal, o uso do termo docência é aplicado para a realização das atividades de professores(as), ou seja, uma ação que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho. A docência, nesse sentido, vai além da ação de ministrar aulas, visto que a prática dos(as) professores(as) abrange outras ações. Trata-se de uma atividade de trabalho especializada que vem passando por um processo de ampliação do seu campo e das suas atribuições. Suas ações envolvem para além do ensino, ou são permeadas por ele: a pesquisa, o trabalho administrativo nas instituições, a extensão e a orientação acadêmica, o que torna esse exercício profissional ainda mais complexo (Veiga, 2006).

No âmbito do Ensino Superior, o contexto das instituições públicas e privadas a partir da década de 1990, impôs e segue impondo inúmeros desafios a esses(as) docentes. A fase capitalista atual, estruturada no neoliberalismo, na financeirização do capital monopolista e na reestruturação produtiva, sofisticou as formas de apropriação das riquezas socialmente produzidas. A burguesia tem

transformado cada vez mais suas demandas particulares em aparentes necessidades coletivas. Integrada a este amplo reordenamento do Estado brasileiro, que, de maneira sistemática, vem desfazendo as fronteiras entre o público e o privado, está a reformulação da educação superior.

A base para essa reformulação, voltada a adequar a educação às exigências do mercado no mundo globalizado, advém do Consenso de Washington. Decorre de suas diretrizes o processo de contrarreforma da educação superior que foi iniciado com o governo Collor-Itamar (1990-1994), aprofundando no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e que a partir do governo Lula (2003-2006) passou a ser conduzido por meio de um duplo mecanismo: a ampliação do número de cursos privados e a privatização interna das instituições públicas (Lima, 2007).

No âmbito do Serviço Social, assim como em outros cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, isso significou o crescimento massivo de seus cursos de graduação, a maioria em instituições de ensino privadas com considerável quantitativo de vagas no formato de ensino à distância (Pereira, 2010).

Como consequência dessa reconfiguração, observa-se a expansão do número de vagas: sem o aumento do número de técnicos administrativos e docentes; a redução de investimentos em assistência estudantil; a articulação dos currículos e da formação aos interesses do capital; a racionalização dos recursos e uma maior cobrança por produtividade.

Essas condições de realização do trabalho docente repercutem diretamente na qualidade da formação dos(as) novos(as) assistentes sociais. Assim sendo, o contexto de contrarreforma impõe a necessidade de espaços de resistência e defesa do projeto ético-político da profissão, visando uma educação crítica e emancipatória.

Apesar de estar explicitada no escopo das atribuições privativas dos(as) assistentes sociais, a atuação docente como um dos espaços ocupacionais destes(as) profissionais em muitos casos recebe pouco espaço para ser debatida na formação dos(as) discentes de graduação e pós-graduação.

Tal realidade não se difere de muitos outros cursos de nível superior, com exceção das licenciaturas, e faz com que assistentes sociais e diversos outros profissionais iniciem na carreira docente apenas com o acúmulo das atividades

práticas que desenvolveram em outros espaços e por seus estudos aprofundados em áreas específicas. Não descartando a importância dessa bagagem de conhecimento e experiência profissional, é fato que isso não garante que esse saber será adequadamente traduzido para os(as) discentes (Lopes, 2019; Anastasiou, 2006).

A concepção de formação profissional em Serviço Social elaborada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que é o documento que orienta a organização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social no território brasileiro, propõe formar profissionais dotados de potência intelectual e cultural generalista crítica, competentes em suas áreas de desempenho e que possuam capacidade de inserção criativa e propositiva, não somente no mercado de trabalho, mas no conjunto das relações sociais. Além disso, que sejam profissionais comprometidos(as) com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do(a) Assistente Social.

O debate sobre a formação docente está, ainda que timidamente, no debate promovido pelo Conjunto CFESS-CRESS[2] sobre as atribuições privativas do trabalho do(a) assistente social e em alguns estudos que tematizam o trabalho de assistentes sociais. Os documentos das entidades representativas e as produções teóricas indicam a necessidade da construção de um arsenal sólido que permita fazer frente à contrarreforma do Estado brasileiro, que atravessa a educação como um todo e, em especial, a formação em Serviço Social.

> A centralidade da docência em Serviço Social como atribuição privativa do (a) assistente social diz respeito ao exercício do trabalho profissional no âmbito do ensino superior e para isso, certamente, é importante compreender esse fazer, não de forma instrumentalizada ou como meros executores de currículos, mas sua contribuição para materializar o projeto ético-político da profissão, que se sustenta nas diretrizes curriculares, na lei que regulamenta a profissão e no código de ética. Tem-se assim, o fortalecimento da direção social eleita pelo Serviço Social, que nega, em seus princípios, o projeto societário hoje hegemônico, colocando-se a favor da construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia, raça e gênero (Lopes, 2019, p. 62).

Na atualidade, esse tema se encharca de novas determinações e nos impõe avançar na consolidação de uma prática docente que forme profissionais críticos, propositivos e que se guiam pelo horizonte da construção de uma nova ordem social, sendo a ampliação do debate sobre a questão étnico-racial no processo de formação uma das grandes estratégias necessárias.

2. CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão.* Brasília: CFESS, 2012.
CFESS. *Relatório do Seminário Nacional Trabalho e Formação.* Brasília: CFESS, 2019.
CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão.* Brasília: CFESS, 2020.

A sociabilidade capitalista brasileira se funda no racismo e no patriarcado. No contexto atual, marcado pela mundialização neoliberal e pela crise estrutural do imperialismo global, que se manifesta por meio da naturalização do neofascismo e da reatualização do colonialismo, do racismo e do sexismo, observamos ainda o aprofundamento das desigualdades e a violação sistemática de direitos. Estamos cientes de que para questões tão complexas são necessárias múltiplas estruturas institucionais, normativas e conjunturais, aliados à pressão contínua dos movimentos sociais negros, para dar respostas na direção de um novo pacto social.

Ressaltamos que não pretendemos apresentar a formação e a prática docente como respostas únicas ou completas a toda essa estrutura opressora, evitando uma perspectiva messiânica ou puramente pragmática. Nossa proposição é abordá-la como um elemento relevante e insuficientemente explorado no debate sobre a questão racial, contribuindo para o posicionamento e a atuação profissional antirracista.

Chamamos a atenção para o fato de que os(as) assistentes sociais começaram a pautar politicamente as questões de raça e etnia, assim como gênero e sexualidade, especialmente a partir da década de 1990 em um processo que se conecta à consolidação do Projeto Ético-Político. Para Oliveira (2023), esse processo reflete a superação do marxismo positivista althusseriano que imprimia um caráter messiânico à atuação profissional e falseava o método marxiano.

A partir da década de 1980, guiados(as) pela fundamentação teórica marxista de Gramsci e Lukacs, a categoria passou a compreender o preconceito na perspectiva filosófica ontológica, entendendo-o como resultado das relações sociais que reproduzem e naturaliza desvalores no cotidiano e que retroalimentam o modo de organização social capitalista.

Cabe evidenciarmos que a aproximação do Serviço Social com o debate das relações étnico-raciais passa diretamente pela dimensão político-organizativo de assistentes sociais negras, que, na década de 1980, já chamavam a atenção para a necessidade do debate nas vias internas da profissão. A atuação das assistentes sociais negras, nesse contexto, foi da maior importância para a luta antirracista no âmbito da profissão, sobretudo porque reivindicava a análise e a intervenção acerca das condições de vida da população negra.

Nesse sentido, a relação entre o debate étnico-racial e o Serviço Social não é uma questão inédita, demarcando quase quarenta anos. Porém, tem ganhado espaço na agenda política das entidades representativas a partir dos últimos vinte anos em face da abertura para o debate sobre diversidade humana e maior capilaridade na categoria na última década. Assim, a discussão aparece de forma explícita em diversas campanhas do conjunto CFESS-CRESS, o que aponta para a viabilização de sua capilaridade em parcela significativa da categoria.

Para Moreira (2024), isso representa uma virada na agenda profissional, considerando o ineditismo desse movimento coletivo e unificado das entidades sobre esse tema:

> Compreendemos que os marcos dessa virada do debate na agenda das entidades centra-se no ano de 2017, tendo em vista os vetores decisivos que impulsionaram esse movimento, quais sejam: a Campanha do Conjunto CFESS-CRESS "Assistentes Sociais no combate ao racismo" (2017-2020), a construção do documento "As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate" (2017) e dos "Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social" (2018), ambos produzidos pela ABEPSS no biênio 2017-2018; bem como o fortalecimento do debate e das ações antirracistas no interior da ENESSO" (Moreira, 2024, p. 39-40).

Contudo, para o alcance do enraizamento do antirracismo de forma radical e crítica no Serviço Social, ainda existem alguns desafios e desencontros teórico-políticos a serem enfrentados. Dentre eles, conforme Souza (2024), citamos aquele que permeia a disputa política e teórica em torno do debate racial na atualidade brasileira, que reflete projetos político-societários em histórico embate na sociedade capitalista. Logicamente, são embates que também se apresentam no Serviço Social, uma vez que a categoria não está isolada do bojo complexo da produção de conhecimento e da realização do trabalho na sociedade.

A autora situa três principais perspectivas no debate racial: a primeira, intitulada liberal, aparenta tensionar pela garantia de direitos das pessoas negras, mas incorpora a lógica de classes e segue com proposições individualistas sem potencial emancipatório; a segunda, nomeada culturalista, reivindica o afrocentrismo em oposição ao eurocentrismo, dando foco à importante crítica ao colonialismo, porém realizada de maneira superficial, fragmentada e recaindo no essencialismo e identitarismo; e a terceira, denominada perspectiva crítica, aponta a indissociabilidade entre raça e classe, antirracismo e anticapitalismo.

Considerando que essa disputa do debate racial também alcança os processos de formação e atuação profissional em Serviço Social, essa realidade nos demanda aprofundamento crítico da temática com coerência e radicalidade (Santana; Moreira, 2024). Sem perder de vista o projeto societário com o qual o Serviço Social se alinha, em defesa da classe trabalhadora, defendemos que a categoria profissional precisa estar atenta e avançar dentro dessa disputa teórica e de narrativas a partir da perspectiva crítica.

Cabe destacar uma lacuna identificada na pesquisa recente de Oliveira (2023): embora a profissão tenha avançado na incorporação do debate étnico-racial nas esferas ético-políticas e técnico-operativas, o mesmo não ocorreu com a dimensão teórico-metodológica. Não houve uma incorporação de estudos sobre a questão racial como referências basilares para a formação em Serviço Social incluída aí a formação docente.

O fato é que a inserção do debate étnico-racial configura uma demanda importante para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social. No entanto, em que pese as iniciativas das entidades representativas da categoria, ainda persistem desafios. Defendemos que se faz necessário maior aprofundamento da temática e sua aplicação de forma transversal nos diferentes componentes curriculares por parte dos(a) docentes, uma maior compreensão das relações étnico-raciais vinculadas aos fundamentos do Serviço Social, e a elaboração de práticas pedagógicas antirracistas que tenham como objetivo viabilizarem a formação crítica e comprometida com a classe trabalhadora racializada.

Diante dessas lacunas, que reverbera diretamente no âmbito da formação, da produção científica da área e no trabalho profissional, propomos, na seção seguinte, abordar as especificidades do processo de qualificação à docência em Serviço Social na perspectiva do antirracismo e das práticas pedagógicas.

3. A dimensão étnico-racial e as práticas pedagógicas do trabalho docente em Serviço Social

A formação acadêmico-profissional em Serviço Social, nas últimas quatro décadas, tem passado por profundas análises que vêm impulsionando o desenvolvimento de debates coletivos no interior da profissão. O modelo vigente de formação em Serviço Social é produto da aproximação da categoria com a

perspectiva crítica, inscrita no método materialista histórico-dialético de Marx, mediante o próprio movimento da realidade, que apresenta um conjunto de transformações históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais.

Nesse sentido, avançamos na discussão sobre a formação acadêmico-profissional, privilegiando as especificidades do processo de qualificação à docência em Serviço Social e sua relação com o debate étnico-racial. É certo que a efetivação do ato de ensinar, em qualquer área, requer acúmulo de conhecimento, mas apenas o conhecimento em si não é suficiente para cumprir com as etapas do processo de ensino-aprendizagem, isso porque é necessário existir a capacidade de articulação dos saberes e, principalmente, de traduzi-los, de modo que sejam repassados com qualidade, facilitando o entendimento por parte do corpo discente.

Partindo dessa premissa, destacamos que o exercício da docência exige necessariamente a existência da didática. Tão importante quanto querer ensinar o que se sabe, é compreender como ensinar, quais instrumentos pedagógicos cumprirão a função de mediar o ensino de forma crítica e propositiva. É com base nisso que refletir sobre a formação docente em Serviço Social se coloca como uma questão urgente, sobretudo diante da incorporação de debates que ainda são muito caros para uma profissão que nasceu atrelada a uma base conservadora, no contexto que tem como passado recente a vigência do sistema escravista.

Embora reconheçamos a importância das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, é preciso evidenciar que não há um direcionamento específico sobre o processo de formação docente. Os espaços que, em tese, deveriam estar voltados à qualificação para o exercício da docência seriam as pós-graduações *stricto sensu*, em nível de mestrado e de doutorado, mas o que ocorre de forma explícita é a concentração de esforços no sentido de formar pesquisadores(as) e não necessariamente pesquisadores(as) com habilidades para a docência.

> É necessário se fazer debitar o papel assumido pelas pós-graduações brasileiras como espaço privilegiado de emergência e de expansão da produção do conhecimento no interior do Serviço Social. A literatura que trata da produção do conhecimento em nossa área já registra esse protagonismo da pós-graduação como espaço da criação e da expansão da pesquisa, fomentando uma significativa literatura na área expressa em publicações de livros, artigos, coletâneas, etc. que dão visibilidade às investigações produzidas pelas dissertações e teses oriundas dos cursos de mestrados e doutorados no Brasil (Lewgoy; Souza, 2018, p. 182).

A crítica não é sobre a formação de pesquisadores, porque reconhecemos sua imprescindibilidade, mas a ausência de maiores iniciativas no âmbito da formação de professores(as) na área de Serviço Social. Ainda que as Pós-Graduações ofereçam disciplinas como a de *Docência no Ensino Superior* e *Estágio Docência*, geralmente, são eletivas e sua obrigatoriedade se limita aos discentes que estão na condição de bolsistas. Pensando na importância das práticas didático-pedagógicas no processo de construção coletiva do conhecimento, entendemos que apenas o estágio docência não é suficiente para fomentar a formação docente.

Se considerarmos a efervescência dos debates contemporâneos no âmbito da formação, como as relações sociais de sexo, raça-etnia e classe, é importante considerar também a necessidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas entre os(as) docentes, que possibilitem não apenas a construção crítica do conhecimento sobre o tema, mas também sua plena socialização com os(as) discentes, especialmente das pós-graduações, numa relação de ensino e aprendizagem que tenha como objetivo fornecer condições reais para a preparação de outros docentes. A docência envolve, nas considerações de Rios (2001, p. 04):

> Conteúdos das diversas áreas do ensino; conteúdos didático-pedagógicos (diretamente relacionados ao campo da prática profissional); conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos (do campo teórico da prática educacional); conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana (individual sensibilidade pessoal e social). E identidade que é profissional. Ou seja, a docência constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social.

Sendo a docência um espaço sócio-ocupacional, em que assistentes sociais assumem a função de professores, na árdua, mas também gratificante tarefa de formar profissionais com pensamento crítico, criativo e propositivo, é importante nos debruçar sobre os caminhos de preparação para o exercício da docência. Não significa desconsiderar as estratégias atuais, que embora sejam poucas, cumprem um papel relevante e indispensável. O que se propõe é a construção de outros meios de fortalecimento da formação docente, que extrapolam os limites de apenas um componente curricular.

Apesar da perspectiva crítica ser hegemônica no Serviço Social, o que permite a constituição de quadros docentes mais comprometidos com o projeto ético-político, é notória a carência de espaços coletivos que tenham como objetivo central a

formação docente. Esse dado mobiliza reflexões sobre a ausência de atenção à formação docente e suas implicações no cotidiano de trabalho nas salas de aula, principalmente nas discussões consideradas novas na bibliografia da categoria.

Nos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social, os debates sobre relações sociais de sexo, raça/etnia e sexualidade, aparecem em uma disciplina ou outra, que são cursadas geralmente por aqueles(as) que tratam do tema em seus respectivos projetos de pesquisa. Assim, cabe refletir sobre as práticas didático-pedagógicas que têm mediado o ensino das relações étnico-raciais no Serviço Social, especificamente no campo da formação docente, enquanto um debate que envolve também os projetos político pedagógicos dos cursos de graduação.

O fato é que constatada a ausência de espaços com foco na formação docente, presumimos que o debate das relações étnico-raciais também fica fragmentado ou simplesmente não aparece, mesmo com as iniciativas das entidades representativas da categoria. Um elemento interessante para evidenciar a falta de atenção ao processo de preparação docente é a escassez de referências bibliográficas que abordem a formação e o próprio exercício da docência a partir das práticas pedagógicas, tendo em vista que não estão desvinculadas.

Além do mais, não é trivial apontar que os desafios no âmbito da formação docente consolidam dificuldades concretas para o desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas antirracistas. A demanda pelo debate étnico-racial na formação não pode se dar por atendida apenas em face da inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da graduação, mas no modo como mediar esse conhecimento. Logo, as pós-graduações configuram um espaço de aprofundamento teórico-metodológico importante para o desenvolvimento da crítica e das proposições acerca das práticas didático-pedagógicas.

Defendemos que o ensino das relações étnico-raciais deve ser estratégico, com práticas didático-pedagógicas direcionadas, no intuito de romper com a reprodução de estereótipos que alimentam a violência contra a população negra e indígena. É fundamental que no exercício da docência, façamos o uso de textos, músicas, filmes e outros meios para mediar o ensino e a aprendizagem antirracista, promovendo um espaço de problematização do racismo e do fortalecimento do letramento étnico-racial.

Desta maneira, sinalizamos que o ensino das relações étnico-raciais no Serviço Social deveria estar embricada nas práticas didático-pedagógicas qualificadas e conscientes, destacando-se inclusive nas avalições, de modo a captarem a postura antirracista dos(as) discentes. Para além disso, uma estratégia no âmbito do Serviço Social que tem relação com o processo de reparação histórica, e que envolve diretamente à docência, é a equiparação do perfil étnico-racial docente, no sentido de fomentar as cotas nos concursos e nos processos seletivos para docentes efetivos e temporários.

Aos nos debruçarmos sobre o campo das possibilidades de fortalecimento do debate étnico-racial e à docência em Serviço Social, surgem indagações: é necessário criar uma disciplina obrigatória nas pós-graduações que abordem, além da docência no ensino superior, à sua vinculação com as relações sociais de sexo, raça-etnia e classe social? É pertinente a criação de um seminário de pesquisa específico sobre o tema no âmbito das pós-graduações? É viável exigir uma produção intelectual no formato de artigo que apresentasse a discussão sobre docência e as questões de sexo, raça-etnia e classe?

É importante avançar no aprofundamento teórico dentro da literatura do Serviço Social sobre o debate étnico-racial, na preparação didática e pedagógico dos(as) docentes para lidarem com as manifestações e consequências do racismo em sala de aula na vida cotidiana dos(as) discentes, na identificação das contribuições e possibilidade de construção de conhecimento junto aos povos originários e aos povos e comunidades tradicionais quilombolas em sua relação com o território, a natureza e no enfrentamento à ação predatória capitalista.

É um caminho para o fortalecimento da profissão, e para avançar na perspectiva do projeto ético-político, é não só a incorporação do debate étnico-racial nos cursos de graduação, mas também nas pós-graduações, aliadas a estratégias de atenção à docência no ensino superior. É importante que o Serviço Social discuta as práticas didático-pedagógicas na seara da formação acadêmico-profissional, entendendo à docência, de fato, como um dos principais espaços sócio-ocupacionais responsáveis pela construção e socialização crítica do conhecimento, que requer didática e o uso constante de instrumentos de caráter pedagógico.

Considerações finais

Nosso objetivo foi contribuir para o debate sobre a questão racial e o Serviço Social, especialmente no que diz respeito à inserção do debate étnico-racial nas práticas didático-pedagógicas do ensino superior e pós-graduação. Buscamos refletir sobre a necessidade de ampliar e fortalecer os espaços de preparação para a docência, indo além dos componentes curriculares tradicionais.

Mediante análise, apontamos que o racismo é um elemento ideológico, que surge das investidas burguesas para descaracterizar e desqualificar a mão de obra dos(as) ex-escravizados(as) face ao capitalismo ascendente no Brasil. Suas repercussões nas condições de vida e de trabalho das pessoas negras são nefastas, pois se perpetuam até o cenário contemporâneo, limitando o acesso a direitos sociais básicos e elementares.

Por sua vez, o Serviço Social, enquanto profissão e área de produção do conhecimento, também é produto dos elementos históricos, políticos, econômicos e culturais, pois acompanha a dinâmica da realidade concreta. O tempo histórico presente aponta para a incorporação e aprofundamento do debate étnico-racial na agenda do Serviço Social. Uma profissão que emerge em um cenário de profundas transformações sociais, políticas e econômicas, onde o racismo impera, particulariza a formação das classes no Brasil e evidencia sua dimensão estrutural e estruturante das relações sociais.

Assim, pensar a história da profissão no Brasil é considerar a influência da questão racial, e esse é um caminho que fundamenta a necessidade do fortalecimento do debate no interior do Serviço Social, tanto no âmbito da formação quanto no trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, em especial na docência.

Vimos que a carência de espaços coletivos e sistemáticos para a formação docente no Serviço Social, fragiliza o debate sobre questões étnico-raciais no contexto acadêmico. Mesmo com as iniciativas das entidades representativas, ainda há fragmentação ou ausência do debate sobre relações étnico-raciais nos currículos e práticas pedagógicas.

Compreendemos que os estudos e análises das relações étnico-raciais devem estar presentes em todos os temas e abordagens que ocorrem durante a formação profissional, mas apontamos como importante o estabelecimento de

disciplinas obrigatórias ou seminários específicos sobre docência e relações étnico-raciais, especialmente nos cursos de pós-graduação, o que possibilitaria o enfoque na preparação didática e pedagógica e a sedimentação do conhecimento, que for sendo construído de forma transversal nos demais componentes curriculares, dos(as) docentes para lidar com manifestações de racismo e para dialogar com saberes dos povos originários e comunidades quilombolas.

Portanto, a incorporação do debate acerca da questão étnico-racial pelo Serviço Social não está limitada aos cursos de graduação, mas nas pós-graduações, considerando que este é o campo privilegiado de formação de docentes. Nessa linha de análise, destaca-se a necessidade da categoria profissional observar a discussão das práticas didático-pedagógicas articuladas a questão étnico-racial como instrumentos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem, numa relação que visa a produção crítica do conhecimento e que culmine na qualidade do trabalho dos(as) assistentes sociais.

***Doniêgo Ferreira de Lima** é Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Especializando em Instrumentalidade do Serviço Social pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande. Atuou como Professor Substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
Contato: doniegolima6@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6143940217200182
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8203-6880

***Daiane Daine de Oliveira Gomes** é Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Atua na Política de Assistência Estudantil, na Secretaria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente cursa o Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Contato: daianedaine@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1173410237297814
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6294-2816

Recebido em: **12/06/2025**
Aprovado em: **13/01/2026**

Editora de texto: Paola Marlen Chaves Gonçalves
Editor-Chefe Discente: Sandro Adams

Como citar este texto: LIMA, Doniêgo Ferreira de; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Questão racial e docência em serviço social: um enfoque pedagógico para um debate urgente. **Perspectivas Sociais,** vol. 12, n. 01, e1229379, 2026.

Referências bibliográficas

ANASTASIOU, L. das G. C. A. Docência na educação superior. *In:* RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (rg.). **Docência na educação superior.** Brasília: INEP, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Brasília: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social.** Brasília: CFESS, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

LEWGOY, A. M. B.; SOUZA, M. A. S. L. de. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do serviço social. *In:* GUERRA, Y. *et al.* (Org.). **Serviço Social e seus fundamentos:** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

LIMA, K. **Contra-reforma da educação superior em FHC e Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

LOPES, M. G. A. **A docência em Serviço Social.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

MOREIRA, T. W. F. **Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social**? Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional. Tese (Doutorado), PUC-SP, 2024.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, R. N. Serviço Social, gênero, raça e classe: do compromisso ético-político à produção científica. **Temporalis,** v. 23, n. 46, 2023.

PEREIRA, L. D. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, p. 323-331, 2010.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTANA, I. V. F. de; MOREIRA, T. W. F. Crítica radical e antirracismo: um debate urgente para o Serviço Social brasileiro. **Revista Argumentum**, v. 16, n. 2, p. 29-41, 2024.

VEIGA, I. P. A. Docência: formação, identidade profissional e inovações didáticas. *In:* SILVA, A. M. M. *et al.* (Org.). **Educação formal e não formal**. Recife: ENDIPE, 2006.